

**MACROECONOMIA HETERODOXA: UM ESTUDO SOBRE A TEORIA KEYNESIANA E DE SEUS SUCESSORES (NEOKEYNESIANOS E NOVOS KEYNESIANOS) E A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1994-2015**

**RAYSSA VIEIRA KRUGER<sup>1\*</sup>, DEISE MARIA BOURSCHEIDT<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Graduanda Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Laranjeiras do Sul.

<sup>2</sup> Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Laranjeiras do Sul.

\*Endereço para correspondência: Rayssa Vieira Kruger ([krugerrayssa@gmail.com](mailto:krugerrayssa@gmail.com))

## **1 Introdução**

A teoria de Keynes teve grande impacto nas economias a partir dos anos 1930. Sua expressiva contradição com a economia clássica, acabou por dar um novo rumo à condução da política econômica naquele momento. Posteriormente, em função das dificuldades enfrentadas pelas economias na década de 1970, sua teoria acabou desacreditada por muitos atores envolvidos nas definições de políticas, bem como no ramo acadêmico. Contudo, seus postulados nunca foram esquecidos e diante de novas crises, acabaram retornando.

## **2 Objetivo**

Estudar a relação entre a Teoria de Keynes e de seus sucessores (neokeynesianos e novos keynesianos) e a política econômica brasileira no período 1994-2015.

## **3 Metodologia**

O estudo foi dividido em três etapas: a primeira, constituída de uma pesquisa bibliográfica, consultou-se a Teoria de Keynes *in loco* e demais autores que escreveram sobre a mesma, como forma de propiciar um embasamento sobre a visão de Keynes e de seus sucessores sobre as políticas econômicas. Na segunda etapa foi realizado um levantamento de todas as políticas econômicas, com base em livros e artigos científicos, referentes ao período

1994-2015. Já na terceira etapa, procurou-se relacionar a teoria keynesiana e as políticas econômicas.

#### **4 Resultados e Discussão**

O início do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) marcado por uma política monetária restritiva, dada pelo aumento da taxa de juros, prejudicou os investimentos do país e conseqüentemente os empregos, uma das principais conseqüências negativas da implantação do plano Real. Nota-se que a abertura comercial coexistindo com a apreciação do câmbio, taxa de juros elevadas, ajuste fiscal restritivo, foram medidas que se afastaram das ideias propostas por Keynes. De certa forma, este resultado é compreensível, pois o principal objetivo naquele momento não era o crescimento e o estímulo do emprego, e sim o controle dos preços.

Em relação ao governo Lula, seu segundo mandato teve um caráter Keynesiano, com medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor, do aumento real no salário mínimo, da adoção de programas de transferência de renda direta, da criação do Programa de Aceleração do Crescimento e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado e, por fim, das medidas anticíclicas de combate à crise internacional, a partir de 2009. Segundo Lopreato (2015), o segundo mandato teve um posicionamento de corte keynesiano, ou seja, defendeu a expansão dos investimentos das empresas públicas, a presença estatal na articulação e no financiamento de projetos de investimento privado, o uso de incentivos fiscais e financeiros em favor do capital privado, a definição de uma política industrial, ao lado da maior presença dos bancos públicos na oferta de crédito e de medidas de caráter social, como a política de defesa do aumento do salário mínimo e de ampliação dos gastos sociais. De acordo com Terra e Ferrari Filho (2014), o segundo mandato do governo Lula não teve uma ligação imediata com uma determinada perspectiva teórica, trabalhando com as metas de inflação, associada à ampliação da demanda agregada via aumento dos investimentos públicos ou à redução das taxas de juros do varejo bancário.

No governo Dilma Rousseff pode-se pontuar algumas considerações. O reforço da política Fiscal visando uma política de desenvolvimento e usada para o controle da demanda agregada, segundo Lopreato (2015), teve um caráter da síntese neoclássica, pois buscou-se o crescimento e estabilidade. Além disso, o Governo deu prioridade para o curto prazo e não

procurou utilizar os gastos públicos para sustentar um processo de longo prazo. No início do Governo, houve a tentativa de estimular o setor produtivo do país, principalmente o setor industrial, como o incentivo ao investimento por meio do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que em 2012 começou a cobrar juros negativos na aquisição de máquinas e equipamentos. Além disso, o início do governo foi marcado pela redução da taxa básica Selic, e a adoção de pacotes de compras governamentais. Nota-se que esse início, teve, de certo modo, medidas próximas à ideia Keynesiana, mesmo essas medidas sendo insuficientes para reaquecer o setor produtivo. Em 2013, devido ao aumento da inflação, o governo optou pela elevação da taxa básica de juros e o aumento dos preços administrados. Além disso, a política Fiscal depois de ter sido pró-cíclica em 2010, voltou a ser contracionista. No segundo mandato da Presidente Dilma, iniciado em 2015, o cenário econômico brasileiro começou a mudar, o Governo realizou um corte de gastos, além do aumento dos juros para tentar retomar o crescimento brasileiro, essas medidas adotadas se afastaram do que Keynes como colocava como prioridade para o crescimento econômico.

## **5 Conclusão.**

Nota-se que as ideias de Keynes não foram predominantes durante o período do governo FHC, momento em que não era prioridade a geração de empregos e sim o controle dos preços. Já no governo Lula, principalmente em seu segundo mandato, houve uma abordagem caracterizada como Keynesiana, como o aumento dos gastos, liberação de crédito e estímulo ao investimento privado. O governo Dilma, por sua vez, tentou se aproximar à ideia Keynesiana, porém, de caráter mais ligado à síntese neoclássica no primeiro mandato, buscando a ativação do setor produtivo. No segundo mandato, o governo voltou a ser contracionista elevando a taxa de juros, para combater principalmente a inflação e também realizou corte de gastos.

**Palavras-chave:** Keynes; política econômica; heterodoxia; neokeynesianos.

### **Fonte de Financiamento**

PRO-ICT

### **Referências**



LOPREATO, Francisco Luiz C. Aspectos da atuação estatal de FHC à Dilma. No. 2039. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3429/1/td\\_2039.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3429/1/td_2039.pdf)>.

TERRA, FHB; FERRARI FILHO, F. As políticas fiscal e monetária em Keynes: reflexões para a economia brasileira pós-Plano Real. Paper apresentado no III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, 2010.